

200 anos da Independência do Brasil na Bahia

: Maria Felipa de Oliveira e outras tantas “guerreiras brasileiras”

Karine Teixeira Damasceno

Pós-Doutoranda em História Social da Cultura do Programa de Pós-
Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio
de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

Considerando o contexto dos 200 anos da Independência do Brasil na Bahia, neste trabalho, pretendo dialogar com a bibliografia a respeito da produção da invisibilidade e do silêncio sobre as mulheres negras. Desse modo, tratarei das mudanças ocorridas na historiografia brasileira, a partir da década de 1980, no tocante ao interesse em conhecer o ponto de vista das pessoas escravizadas, bem como acerca da pouca atenção dada às especificidades das mulheres negras, sobretudo, no que se refere aos estudos sobre a Independência, ainda nos dias atuais; abordarei as diferentes contribuições femininas para a expulsão dos portugueses, entre 1822 e 1823, em especial a liderança de Maria Felipa de Oliveira, personagem imortalizada na memória popular, sobre a qual ainda predomina a escassez de estudos; e, por fim, tecerei algumas considerações de âmbito político, acerca do maior interesse de estudiosas e de estudiosos pelas mulheres negras, nos últimos 10 anos, enfatizando processos importantes na luta contra o racismo e o sexismo, como o de construção da 1ª Marcha Nacional de Mulheres Negras.

Palavras-chave Mulheres negras – Independência – Brasil – Bahia

Submissão

10/05/2023

Aprovação

16/05/2023

Publicação

25/05/2023

200 Years of the Independence of Brazil in Bahia: Maria Felipa de Oliveira and so Many Other “Brazilian Warriors”

Abstract

Considering the context of 200 years of the Independence of Brazil in Bahia, in this study I engage with bibliography related to the production of invisibility and the silence of black women. Thus, I address the changes which took place in Brazilian historiography from the 1980s, with regards to the interest in discovering the point of view of enslaved people, and the lack of attention given to the specificities of black women. Primarily, I refer to current studies on independence, and address various female contributions to the expulsion of the Portuguese between 1822 and 1823. I highlight the leadership of Maria Felipa de Oliveira, a figure who is immortalized in popular memory, but on which a lack of studies still predominates; and, lastly, I make considerations of a political nature, on academics' greatest interest in black women in the last ten years, underlining important processes in the struggle against racism and sexism, such as the creation of the 1st National Black Women's March.

Keywords Black Women – Independence – Brazil – Bahia

200 años de la Independencia de Brasil en Bahía: María Felipa de Oliveira y muchas otras “guerreras brasileñas”

Resumen

Considerando el contexto de los 200 años de la Independencia de Brasil en Bahía, en este trabajo pretendo dialogar con la bibliografía sobre la producción de invisibilidad y silencio sobre las mujeres negras. De esta forma, abordaré los cambios ocurridos en la historiografía brasileña desde la década de 1980, en lo que se refiere al interés por conocer el punto de vista de las personas esclavizadas, así como por la poca atención prestada a las especificidades de las mujeres negras, especialmente en lo que se refiere a los estudios sobre la Independencia, incluso en la actualidad. Abordaré las diferentes contribuciones femeninas para la expulsión de los portugueses, entre los años de 1822 y 1823, colocando, de manera especial, el liderazgo de María Felipa de Oliveira, personaje inmortalizado en la memoria popular, pero sobre quien aún predomina la escasez de estudios. Finalmente, establezco algunas consideraciones de alcance político, sobre el crecimiento en los últimos 10 años del interés de los estudiosos por las mujeres negras, destacando procesos importantes en la lucha contra el racismo y el sexismo, como la construcción de la 1ª Marcha Nacional de Mujeres Negras

Palabras clave Mujeres negras – Independencia – Brasil – Bahia

“Guerreiras brasileiras
Luiza Mahin
Chefa de negros livres
E a preta Zeferina
Exemplo de Heroína
Aqultune de Palmares
Soberana quilombola
E Felipa do Pará
Negra Ginga de Angola
África liberta em tuas trincheiras
Quantas anônimas guerreiras brasileiras (2X)”¹

Oliveira Silveira e Miguel Arcanjo

Início este ensaio,² observando que existe uma vasta bibliografia dedicada a descortinar o processo de Independência do Brasil, na qual são abordados desde a transferência da família real para o Rio de Janeiro, em 1808, à construção do Estado Nacional, sendo que este último ainda é o tema privilegiado entre as especialistas e os especialistas.³ No entanto, várias outras perspectivas de análises ainda carecem de mais atenção para compreender esse período de nossa história. É preciso ir além do eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Minas Gerais, para trazer a perspectiva de outras províncias, como daquelas situadas ao Norte do país

1 Em 1985, no VIII Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, envolvendo lideranças do movimento feminista internacional. A música “Guerreiras brasileiras”, de Oliveira Silveira e Miguel Arcanjo, foi apresentada por Luiza Helena de Bairros e outras feministas negras, no momento em que fizeram uma crítica interna ao mencionado movimento. Ver: BAIRROS, L. CULTNE DOC — [VIII] Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, em 1985. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UTMNeN2jOVs>> Acesso em 03 de maio de 2023.

2 Apresentei uma primeira versão deste texto na Mesa Redonda “As mulheres nos 200 anos de Independência, sexismo, racismo, violência e silêncios.” V Encontro Nacional do GT Estudos de Gênero da ANPUH-Brasil, Montes Claros, Minas Gerais, em 24 de novembro de 2022.

3 MALERBA, J. “Esboço crítico da recente historiografia sobre a Independência do Brasil (c. 1980-2002)”. Idem (Org.) *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 19-52

(atual Nordeste); é importante atentar para as insurreições e para a participação de populares nesse momento de ruptura com a metrópole; além disso, me parece evidente a necessidade de investigar a participação das mulheres—indígenas, negras e brancas—no supracitado processo, nos diferentes cenários do Brasil. Longe de ser uma especialista no tema da Independência, neste trabalho, proponho lançar um olhar sobre esse processo a partir da Bahia, enfatizando as mulheres negras – escravizadas, libertas e livres.

Com efeito, tratar do protagonismo das mulheres negras no processo de Independência, a meu ver, implica pensar acerca da produção da invisibilidade e do silêncio a respeito dessas personagens na historiografia brasileira, para além desse importante período de nossa história, visto que, de maneira geral, na maior parte das vezes, as mulheres negras praticamente não aparecem ou, no máximo, aparecem como coadjuvantes nos estudos acadêmicos referentes ao tema. Nesse sentido, apresento à leitora e ao leitor, de maneira breve, três discussões: primeiramente, as mudanças ocorridas na historiografia brasileira, a partir da década de 1980; na sequência, um olhar acerca da atuação de Maria Felipa de Oliveira na guerra pela Independência do Brasil na Bahia; e, por fim, algumas considerações de âmbito político acerca do maior interesse de estudiosas e de estudiosos pelas mulheres negras, sobretudo, nos últimos 10 anos.⁴

A produção da invisibilidade das mulheres negras para além do processo de Independência do Brasil na Bahia

No que se refere às mudanças ocorridas na historiografia brasileira, a partir da década de 1980, período em que historiadoras e historiadores da escravidão passaram a querer conhecer mais de perto o ponto de vista das pessoas escravizadas, cresceu,

4 Seja no título, seja ao longo do texto, utilizo a expressão “A Independência do Brasil na Bahia”, tomando como referência a tradução desse processo realizada pelo historiador Luís Henrique Dias Tavares, como poderá ser verificado em: TAVARES, L. H. D. *A Independência do Brasil na Bahia*. Civilização Brasileira: Brasília, 1977.

consideravelmente o interesse em saber como os escravizados pensavam.⁵ Quais eram as condições de alguém em cativeiro de interferir nos rumos da própria vida? Como era a relação entre senhores e cativos? Qual era o sentido da liberdade para os escravizados? Como se pode observar, embora possamos considerar tais mudanças como um avanço na produção do conhecimento, as indagações, na maior parte das vezes, eram generalizadas para o masculino, aliás, passados 40 anos, ainda é um desafio superar o masculino como norma. Seguimos tentando.

Evidentemente, a produção desse período não pode ser avaliada desconectada do contexto em que foi escrita, quando a historiografia tradicional, de viés predominantemente econômico, vinha sofrendo críticas internas à própria área por parte de especialistas que buscavam novas fontes e novas abordagens. Essa renovação, no Brasil, estava inserida em uma conjuntura política em grande ebulição. Além da expansão e da consolidação dos cursos de pós-graduação; o país passava por um processo de redemocratização; os movimentos sociais se reorganizavam e, especialmente, o movimento negro, desde a década de 1970, trazia como pauta principal a denúncia do mito da democracia racial.⁶

Todavia, se, por um lado, o movimento negro fazia crítica à esquerda tradicional, por entender que esta secundarizava a luta racial, por outro, no interior deste movimento, as críticas femininas eram feitas ao sexismo observado na prática dos companheiros de militância, por exemplo, ao excluí-las dos espaços de decisões. Ao mesmo tempo, dentro do movimento feminista, em que muitas delas também estavam

5 CASTRO, H. “História Social”. CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59; e LARA, S. H. “Blowin’ in the Wind: Edward P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. *Projeto história: revista do Programa de Pós-Graduação do Programa de Estudos de Pós-Graduados de História*. v. 12, 1995. p. 43-56; e SCHWARTZ, S. B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001. p. 21-88.

6 BRAUNS, E.; SANTOS, G.; OLIVEIRA, J. A. de (Orgs.). *Movimento Negro Unificado a resistência nas ruas*. São Paulo: Edições Sesc-Fundação Perseu Abramo—Partido dos Trabalhadores, 2020. p.16-69; MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. 1978-1988. *10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo: Confraria do livro, 1988.

organizadas, as críticas apontavam para a dificuldade de incorporar a pauta racial, o que resultou na ruptura entre feministas brancas e negras.⁷

É importante observar que, já no contexto da década de 1970, estudiosas, como Lélia Gonzalez e Maria Beatriz Nascimento, vinham produzindo e travando debates políticos dentro e fora da universidade, tratando sobre diferentes temas relacionados à população negra. Se, em Gonzalez, o tema privilegiado eram as mulheres negras, por sua vez, em Nascimento, os quilombos eram o tema central. A primeira era considerada por muitos de seus contemporâneos como “criadora de caso”, pois não abria mão de denunciar, ao mesmo tempo, o racismo, o sexismo e a opressão de classe.⁸ A segunda era vista como “atrevida”, pois, em alto e bom som, fortalecia a denúncia de que a historiografia do Brasil era escrita por mãos brancas.⁹ Ambas receberam a mesma resposta, isto é, o silêncio, ao serem sistematicamente desconsideradas como interlocutoras, até recentemente, embora ainda haja quem defenda isso, ou, até mesmo, que não devem ser citadas nos trabalhos acadêmicos.

De todo modo, ao longo da década de 1980, as “celebrações” para o centenário da abolição criaram um ambiente muito rico para o fortalecimento do movimento negro e para a reorganização das mulheres negras e, conseqüentemente, para a ampliação do debate público de suas pautas, o que não passou despercebido à produção historiográfica.

7 BAIRROS, L. “Nossos feminismos revisitado”. *Estudos Feministas*. 2º Sem., 1995 . p. 458-463; BAIRROS, L. “Lembrando Lélia Gonzalez”. WERNECK, J.; MENDONÇA, M.; WHITE, E. C. (Orgs.). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Criola/Pallas, 2000. p. 42-61; e MOREIRA, N. R. *A organização das feministas negras no Brasil*. Vitória da Conquista: Edições UFSB, 2011. p. 47-101.

8 BAIRROS, L. “Lembrando Lélia Gonzalez”. WERNECK, J.; MENDONÇA, M.; WHITE, E. C. (Orgs.). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Criola/Pallas, 2000. p. 54-57; GONZALEZ, L. “A mulher negra na sociedade Brasileira”. LUZ, M. T. (Org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p. 87-105; e GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa* (Coletânea organizadas e editada pela UCPA—União dos Coletivos Pan-africanistas), Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

9 NASCIMENTO, M. B. *Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. (Coletânea organizadas e editada pela UCPA—União dos Coletivos Pan-africanistas), Editora Filhos da África, 2018; NASCIMENTO, M. B. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Alex Ratts (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2021; e Filme: ORÍ. 1989. Direção: Raquel Gerber. 91 min.

Entre as produções da mencionada geração para esta discussão, é impossível não lembrar do artigo de João José Reis, intitulado “O jogo duro do 2 de julho: o partido negro na Independência da Bahia”, publicado em 1989, no qual ele reconstituiu o processo de Independência da Bahia, preenchendo-a com cores, condição social, origem e com a visão política de, pelo menos, três grupos em disputa: o “partido português”, conhecido também como “partido da praia”; o “partido dos brasileiros” dos quais militares faziam parte, o povo pobre urbano, os proprietários médios, os senhores de engenho e alguns grandes comerciantes; e o “partido negro”, composto por mestiços, escravizados, libertos e homens livres.¹⁰ Trata-se de um texto instigante, mas o autor praticamente não atentou para a presença das mulheres, sobretudo, para a participação daquelas que, certamente, faziam parte do “partido negro”.

No precioso artigo de Reis, quase não se nota a presença das mulheres, aliás, esse silêncio foi o mais comum na produção historiográfica daqueles anos, avançando pouco nesse sentido ainda hoje, pelo menos, no que se refere aos trabalhos sobre o processo de Independência. A despeito do interesse pelo ponto de vista das pessoas escravizadas, nos anos 1980 e 1990, na maior parte desses trabalhos, não havia lugar para as especificidades da escravidão e da liberdade feminina, em relação aos homens da mesma cor, classe social e origem que elas, ou seja, é como se suas especificidades pudessem ser contempladas nas generalizações para o masculino, de categorias como “escravos”, “libertos” e “livres”. No processo de Independência, então, a impressão que se tem é de como se elas não estivessem lá!

Outro estudo muito interessante foi escrito por Hendrik Kraay, intitulado, “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o ‘recrutamento’ de escravos na guerra da Independência da Bahia”, publicado em 2002. Nesse trabalho, o autor

10 REIS, J. J. “O jogo duro do 2 de julho: o partido negro na independência da Bahia”. SILVA, E.; REIS, J. J. *Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989. p.79-98; e Luís Henrique Dias Tavares também mencionou a existência de três partidos—“os dos brasileiros, o dos europeus e o dos negros”—em Cachoeira. TAVARES, L. H. D. *A Independência do Brasil na Bahia*. Civilização Brasileira: Brasília, 1977. p. 64.

explicitou tanto a resistência de proprietários em armar seus escravizados para lutar na guerra pela Independência quanto o interesse de cativos em participar do confronto. Passados mais de 10 anos após o trabalho de Reis, Kraay avançou um pouco, no tocante à visibilização das mulheres negras, pois, ainda que brevemente, o ponto de vista delas apareceu em seu texto.

O trabalho de Kraay contribuiu para que pudéssemos saber que, para além de Maria Quitéria de Jesus [Medeiros], moradora da freguesia de São José das Itapororocas (atual distrito de Maria Quitéria), pertencente à Feira de Santana, que, aos 30 anos, fugira de casa para se juntar ao Exército de Libertação, e de madre Joana Angélica de Jesus, que fora assassinada pelo exército português, ao tentar impedir que entrassem no convento Nossa Senhora da Conceição da Lapa em Salvador, diante das circunstâncias outras tantas mulheres se comportaram de maneira diferente.¹¹ Isto é, além dessas mulheres, houve aquelas que, como a crioula Maria Rita, preferiram fugir para longe do conflito, ou seja, o autor atentou para a importância de trazer a perspectiva feminina que, embora não tenha atravessado todo o trabalho, demonstrou que elas também tinham algo a dizer sobre os duelos entre as forças portuguesas e o exército de resistência, que, em seu ir e vir pelas ruas de São José das Itapororocas, de Salvador e do Recôncavo Baiano, as negras não passaram ao largo dos acontecimentos de que tanto falavam os “pardos”, os “cabras” e os “crioulos”, mencionados no título de seu artigo.

Além disso, considerando a tradição das mulheres negras—escravizadas, libertas e livres—de reunir pessoas em torno de si mesmas, de socialização, de construção de redes de solidariedade e de trânsito entre o público e o privado em sua labuta cotidiana, suspeito que, entre as pessoas escravizadas que não falavam em outra coisa a não ser da guerra, seriam elas aquelas quem mais falariam sobre o assunto, aliás, provavelmente, foram elas que mais tinham acesso às informações sobre o recrutamento, sobre as

11 SANTOS, J. R. dos. *O dia em que o povo ganhou*. Círculo do Livro S.A: São Paulo, 1979. p. 103-105 e 177-178; e TELLES, M. “Maria Quitéria: algo novo na frente da batalha”. STARLING, H. M.; PELLEGRINO, A. *Independência do Brasil as mulheres que estavam lá*. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2022.

possibilidades que ser um “soldado-escravo” trazia para os homens, assim como sobre os receios senhoriais de armar escravizados. Não tenhamos dúvidas, eram elas quem mais tinham condições de fazer com que essas notícias circulassem na Bahia. E urge que isso seja mais investigado pela historiografia.

Já Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, em seu estudo sobre as celebrações em torno da grandiosa festa cívica e popular do Dois de Julho, que acontece na Bahia, desde 1824, evidenciou o modo como a festa era disputada pelos diferentes grupos sociais durante a Primeira República. A autora chamou a atenção para o desfile da escultura da Cabocla e do Caboclo, personagens indígenas—símbolos da liberdade—que, há muito, haviam sido eleitas pela população como os principais integrantes do panteão de heróis da Independência da Bahia.¹²

Albuquerque demonstrou o quanto os mencionados símbolos, bem como o modo de os populares celebrarem o Dois de Julho incomodavam as autoridades baianas à época, tanto que, em 1923, ano do centenário da Independência, a Cabocla e o Caboclo não desfilaram, como uma das várias medidas adotadas pelas autoridades para “civilizar” essa festa baiana.¹³ Rejeitá-los era também rejeitar as mulheres e os homens negros que se identificavam com aquelas esculturas indígenas de pele escura.

No entanto, a despeito do esforço de certas autoridades e intelectuais de negar a diversidade da festa, como já observamos anteriormente além dos homens — escravizados, libertos e livres —, no processo de “Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá”, lembrando o título da coletânea organizada por Heloisa Starling e Antonia Pellegrino, publicada em 2022 — eram muitas e diversas, por isso mesmo, o desafio para visibilizá-las precisa ser diversificado. Nessa coletânea, na qual as autoras compartilharam com as leitoras e os leitores pesquisas sobre a participação feminina no mencionado processo, podemos constatar o protagonismo de sete mulheres, sendo que,

12 ALBUQUERQUE, W. R. de. *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia, 1889-1923*. Campinas: Editora da Unicamp. 1999. p. 21-110.

13 Ibidem. p. 111-126.

para este trabalho, o texto escrito por Cidinha da Silva, chamou minha atenção de maneira particular. Isso porque, ao atentar para a capacidade da memória popular de imortalizar personagens invisibilizadas pela historiografia, ela nos apresentou Maria Felipa de Oliveira, uma mulher negra que veio do mar e que ruminava fogo, como observou a autora.¹⁴

Nos últimos anos, várias publicações, mesas redondas, entrevistas e conferências foram realizadas, tratando dos 200 anos da Independência do Brasil e o silêncio sobre as mulheres têm sido atribuído às fontes escritas, já que elas foram produzidas, sobretudo, por homens brancos: proprietários de terras e de pessoas escravizadas; intelectuais; autoridades religiosas, integrantes da administração da Colônia e do Império, bem como por militares. Confesso que essa justificativa me convence em partes, pois os limites da documentação sinalizado pelas estudiosas e pelos estudiosos não diz tudo sobre a produção desse silêncio, já que, como aprendemos com Marc Bloch, sabemos que a documentação não fala por si só.¹⁵ Portanto, é preciso indagá-las com cuidado e, cá para nós, mesmo quando a documentação não responde às nossas indagações, sempre podemos problematizar o silêncio das fontes.

Além disso, para visibilizar personagens “excluídas da história” como as mulheres negras e indígenas, é preciso investir na interdisciplinaridade e considerar outras possibilidades de pesquisa, tais como a memória.¹⁶ Foi o que fizeram Eny Kleyde Vasconcelos Farias, Xavier Marques, Ubaldo Osorio, Livia Prata da Silva, Cidinha da Silva e outras estudiosas e estudiosos dedicados a trazer à tona os feitos de mulheres, como Maria Felipa de Oliveira, sobre a qual falarei um pouco mais a partir de agora.¹⁷

14 SILVA, C. da. “Maria Felipa de Oliveira, a mulher que veio do mar e ruminava fogo”. STARLING, H. M.; PELLEGRINO, A. *Independência do Brasil as mulheres que estavam lá*. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2022. p. 105-142.

15 BLOCH, M. *Apologia da história: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 51-58.

16 POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos históricos*, v. 2, n° 3. Rio de Janeiro, 1989. p. 9.

17 FARIAS, E. K. V. *Maria Felipa de Oliveira, heroína da Independência da Bahia*. Salvador: Quarteto, 2010; MARQUES, X. *O Sargento Pedro— tradições da Independência*. 2ª Edição, Salvador: Livraria Catilina, 1921; OSORIO, U. *Monografia A Ilha de Itaparica*. Secção Gráfica da Escola de Aprendizes, Bahia, 1928.

Maria Felipe de Oliveira, uma mulher negra com nome e com sobrenome

Felipa de Oliveira foi uma das poucas guerreiras negras da Independência que escapou a invisibilidade absoluta, mas o pouco que sabemos sobre ela só chegou até nossos dias, porque, diferentemente da historiografia, a memória popular não lhe esqueceu ao longo desses 200 anos da Independência do Brasil na Bahia. Tratava-se de uma mulher negra, descendente de sudaneses; nascida e criada na ilha de Itaparica (antigo Arraial da Ponta das Baleias), na Província da Bahia, a 14 km de Salvador. Era marisqueira, pescadora de baleias, ganhadeira, adepta do candomblé e capoeirista. Nascida, provavelmente, em 1799, tinha entre 23 e 24 anos na época da Independência.¹⁸

Na memória popular, é consenso de que Maria Felipa de Oliveira se alistara como voluntária na Campanha da Independência, lutando na guerra, e, ainda, liderando um grupo de 40 mulheres, as “vedetas”, isto é, as sentinelas, que tinham o papel de observar, dia e noite, as praias, as matas, os caminhos, e subir nos montes que ficavam próximos aos campos de guerra, para ter uma melhor visão dos portugueses que desciam dos barcos para saquear a ilha de Itaparica. Em uma pesquisa minuciosa, Eny Kleyde Farias também conseguiu ter acesso a relatos de que ela teria liderado mulheres e homens e que, entre essas pessoas, havia brancos brasileiros, alguns portugueses e indígenas. Ainda que a autora generalize para o masculino, é muito possível que houvesse mulheres entre essas pessoas.¹⁹

p.80-83; OSORIO, U. *A Ilha de Itaparica, história e tradição*. 2ª edição, Salvador: Tipografia Naval da Bahia, 1942. p. 102-103; SILVA, L. P. da. *Maria Felipa: uma heroína baiana*. Projeto e Monografia de conclusão de curso em Comunicação Visual Design, UFRJ, Rio de Janeiro, 2018; e SILVA, C. da. “Maria Felipa de Oliveira, a mulher que veio do mar e ruminava fogo”. STARLING, H. M.; PELLEGRINO, A. *Independência do Brasil as mulheres que estavam lá*. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2022. p. 105-142.

18 FARIAS, E. K. V. *Maria Felipa de Oliveira, heroína da Independência da Bahia*. Salvador: Quarteto, 2010. p.74.

19 Ibidem. p. 76.

Em seu esforço de pesquisa, Eny Kleyde Farias, além de contribuir, sobremaneira, para a construção do conhecimento sobre a participação de Maria Felipa de Oliveira na guerra, ainda explicitou que seu comportamento, assim como o de Maria Quitéria de Jesus [Medeiros] não foi uma exceção no universo feminino, como já observou Maria Ligia Coelho Prado, olhando para os processos de Independências de diferentes realidades da América Latina.²⁰ Ademais, por meio da pesquisa de Eny Kleyde Farias, pudemos saber um pouco mais, inclusive, acerca das companheiras de Maria Felipa de Oliveira, e constatar que, diferentemente do modelo de feminilidade que se impunha às mulheres, de maneira geral, restringindo-as ao âmbito doméstico, as condições de vida daquelas tornaram-nas exímias conhecedoras das águas que levavam à ilha de Itaparica; também eram pescadoras e estavam acostumadas a viajar pelo mar e pelo rio Paraguaçu em barcos que elas mesmas conduziam.²¹ Parece óbvio, mas talvez não seja excessivo enfatizar que as mulheres que lutaram sob a liderança de Maria Felipa de Oliveira só puderam ser lideradas, porque, antes disso, também, optaram por lutar pela “causa do Brasil”.²²

Outro estudioso, como Joel Rufino dos Santos, além de trazer informações sobre Maria Quitéria de Jesus [Medeiros], observou que, no Exército de Libertação, havia muitas mulheres e que elas vestiam roupas civis e fardas, e, ainda, que elas atuavam nas fileiras e nos serviços.²³ Sergio Armando Diniz Guerra Filho, por seu turno, encontrou um relatório de um capitão, informando que, entre as pessoas feridas nas fileiras do Exército Libertador, havia mulheres, registro raríssimo, observou o autor.²⁴

20 FARIAS, E. K. V. *Maria Felipa de Oliveira, heroína da Independência da Bahia*. Salvador: Quarteto, 2010, p. 64; e PRADO, M. L. C. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Bauru: Editora do Sagrado Coração, 1999. p. 28-51.

21 FARIAS, E. K. V. *Maria Felipa de Oliveira, heroína da Independência da Bahia*. Salvador: Quarteto, 2010. p.68.

22 Ibidem, p. 77-78.

23 SANTOS, J. R. dos. *O dia em que o povo ganhou*. Círculo do Livro S.A: São Paulo, 1979. p. 177.

24 GUERRA FILHO, S. A. D. *O antilusitanismo na Bahia*. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. p. 95-96.

A literatura também cumpriu um papel importante para manter viva a memória da participação dessas guerreiras. Na obra ficcional “O Sargento Pedro”, de Xavier Marques, por exemplo, há um trecho que explicita algumas contribuições femininas para a guerra, quais sejam, ajudar os soldados insulanos a fazer tranças de estopa, a encher cartuchos e a trançar cordas com cocos debulhados.²⁵ Aqui, as mulheres apareceram apenas como subalternas aos homens, mas o que interessa para esta reflexão é reunir elementos que nos provoquem indagações: o que tornou possível que o autor imaginasse essa cena de colaboração feminina na guerra da Independência? De que maneira as mulheres interferiram no conflito? Qual o sentido de lutar pela liberdade do Brasil na Bahia para mulheres negras — escravizadas, libertas e livres?

Segundo Eny Kleyde Farias, na memória de moradoras e de moradores da ilha de Itaparica, durante a guerra, Maria Felipa de Oliveira surpreendia os portugueses com golpes de capoeira. De acordo com outros relatos, em 07 de janeiro de 1823, ela e suas companheiras, enfeitavam-se com flores e folhas, especialmente, folhas de cansanção (*Jatropha urens*), uma planta urticante que produz uma coceira intensa e que, com golpes vigorosamente desferidos, pode produzir queimaduras muito dolorosas; assim surpreenderam os soldados portugueses, dando-lhes uma surra com os galhos da planta e, depois, pegaram tochas feitas com palha de coco, pólvora e chumbo, jogando nos barcos.²⁶ Acrescentando as essas memórias, outras pessoas que colaboraram com a sua pesquisa afirmaram que elas usavam longas saias, nas quais escondiam peixeiras (lembramos que elas eram pescadoras e de que fatiar a pesca fazia parte do trabalho delas). Mas, independentemente de qualquer surpresa quanto aos armamentos utilizados por elas, na supracitada guerra, é importante destacar que as condições do

25 MARQUES, X. *O Sargento Pedro — Tradições da Independência*. 2ª Edição, Salvador: Livraria Catilina, 1921. p. 271.

26 FARIAS, E. K. V. *Maria Felipa de Oliveira, heroína da Independência da Bahia*. Salvador: Quarteto, 2010. p.98-100.

Exército Libertador, em geral, eram precárias: faltavam fardas, armas, munições, mantimentos e remédios no front de batalha.²⁷

A despeito das diferenças entre as versões, assim como do caráter complementar dos episódios mencionados anteriormente, analisando-os, podemos observar que as versões recuperadas por meio da memória popular convergem no que é essencial: Maria Felipa de Oliveira e as guerreiras que a acompanhavam teriam sido bem-sucedidas no cumprimento da missão de defender a ilha e de impedir que os portugueses obtivessem suprimentos para se alimentarem durante o conflito.

Cabe observar que a guerra pela Independência do Brasil na Bahia ocorreu entre fevereiro de 1822 e 2 de julho de 1823, isto é, um confronto que durou mais de um ano entre as forças brasileiras e portuguesas.²⁸ As batalhas ocorreram no mar, no rio Paraguaçu, em Salvador, em algumas ilhas, como Itaparica, e em diversas vilas do Recôncavo, sendo que a ilha de Itaparica era um local estratégico tanto para os portugueses quanto para os baianos, pois estava localizada entre a foz do rio Paraguaçu e a baía de Todos os Santos, por onde entrava a maior parte dos víveres que abasteciam a cidade de Salvador.²⁹ Por isso, ocupar essa ilha era condição indispensável para que os portugueses pudessem ter acesso a alimentos, visto que o caminho pelo sertão por terra já estava tomado pelo General Pedro Labatut e suas tropas.³⁰ A ideia era deixar os portugueses sem alimentos e eles conseguiram.

27 GUERRA FILHO, S. A. D. *O povo e a guerra: participação das camadas populares nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia*. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. p. 105-109.

28 GUERRA FILHO, S. A. D. *O antilusitanismo na Bahia*. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015, p. 112-113; e SANTOS, J. R. dos. *O dia em que o povo ganhou*. Círculo do Livro S.A: São Paulo, 1979. p. 35-70.

29 FARIAS, E. K. V. *Maria Felipa de Oliveira, heroína da Independência da Bahia*. Salvador: Quarteto, 2010. p.60.

30 Ibidem. p. 90-100.

Em alguns relatos, os feitos de Maria Felipa de Oliveira e de suas companheiras foram atribuídos à sedução.³¹ De fato, é possível que elas tivessem jogado com o olhar de objetificação que os colonizadores portugueses lhes dirigiram. Contudo, não podemos desconsiderar que em uma sociedade patriarcal como era o Brasil no período da Independência, aliás, legado que ainda verificamos atualmente. A memória popular também pode estar imbricada de valores, como o de que a intrepidez é uma exclusividade masculina e que as mulheres não têm capacidade de enfrentar homens no front de batalha; sob essa perspectiva, a única maneira de um exército de mulheres obter sucesso em um confronto seria por meio da sedução. Desse modo, é preciso olhar para essa perspectiva com o devido cuidado.

O cenário que tem nos provocado a perguntar sobre mulheres negras

Maria Felipa de Oliveira faleceu em 04 de janeiro de 1873, aos 73 ou 74 anos, quando o Brasil se encontrava em processo de emancipação da escravidão.³² Não sabemos como foi sua vida depois da guerra, provavelmente, manteve seu espírito de liderança na luta pela própria sobrevivência. É possível que, assim como outras lutadoras de seu tempo – a exemplo das ganhadeiras encontradas por Cecília Moreira Soares na Bahia; das mulheres negras encontradas por Isabel Cristina Ferreira dos Reis no Recôncavo; ou como aquelas que encontrei em Feira de Santana –, essa heroína, naqueles anos, também, tivesse confabulado com outras mulheres negras — escravizadas, libertas e livres —, lutando por liberdade legal, se não para si mesma, já que era livre, certamente, para ajudar a outras pessoas da comunidade negra a serem donas de si mesmas.³³

31 FARIAS, E. K. V. *Maria Felipa de Oliveira, heroína da Independência da Bahia*. Salvador: Quarteto, 2010. p.88.

32 KRUSCHEWSKY, E. “Uma mulher, uma saga e a falta de resgate da nossa história”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana*. n. 15, 2021.

Evidentemente, assim como a produção historiográfica produzida nos anos 1980, as reflexões aqui apresentadas também não estão desconectadas do contexto em que estamos nos perguntando sobre as mulheres negras na História do Brasil e, notadamente, no processo de Independência.

Se, desde os anos 1980, entre as historiadoras e os historiadores brasileiros podia-se falar em “novas abordagens”, “novos objetos”, “novos problemas”, bem como na ampliação das fontes (e novas perguntas feitas aos mesmos documentos), a partir dos anos 2000, é pertinente acrescentar que houve um aumento significativo do número de novas pessoas, pesquisando sobre os mais diversos temas, notadamente, estudiosas negras e estudiosos negros.³⁴

Nesse sentido, havemos de lembrar, ainda, do âmbito internacional: a partir da III Conferência Mundial Contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada pela ONU, em 2001, ocasião em que o tráfico e a escravidão foram considerados crimes contra a humanidade e os chefes de Estados presentes se comprometeram a adotar medidas reparatórias a seus descendentes, um novo fôlego foi dado aos debates e as pressões feitas pelo movimento negro e pelo movimento de mulheres negras. Semelhantemente, fortaleceram-se as demais organizações políticas da sociedade civil contra o racismo e o sexismo, resultando, assim, em conquistas importantes tanto no legislativo quanto no executivo. Essas mudanças tornaram possível que um número cada vez maior de mulheres negras venha conseguindo acessar espaços de “poder”, como o de estudantes de cursos de graduação, de pós-graduação e como docentes de universidades.

33 DAMASCENO, K. T. *Para serem donas de si: mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888)*. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019; REIS, I. C. F. dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007; e SOARES, C. M. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUNEB, 2007.

34 Ver a coleção de ensaios em três volumes: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A. 1976; LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A. 1976; e LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novos problemas* (Orgs.). Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A. 1979.

Ademais, salientamos a proposta de construção de uma marcha nacional de mulheres negras. Ela foi apresentada por Nilma Bentes, militante de Belém do Pará, na reunião de mulheres negras que ocorreu paralela ao evento “Afro XXI: Encontro Ibero Americano do Ano dos Afrodescendentes”, na cidade de Salvador, em 2011. A partir de 2013, por todo o Brasil, iniciou-se o processo de construção da 1ª Marcha Nacional de Mulheres Negras, quando começou a ser delineado, por mãos femininas e pretas, um outro processo de luta negra no Brasil. Desse modo, em 18 de novembro de 2015, mais de 50 mil mulheres negras de todo o país marcharam em Brasília contra o racismo, contra o sexismo e pelo bem viver.³⁵ Passados quase 10 anos da marcha, atrevo-me a afirmar que, embora as mulheres negras ainda estejam longe de terem o lugar que merecem na sociedade brasileira, de fato, vivenciam e procuram administrar o legado desse processo, isto é, sua maior visibilidade, bem como de suas reivindicações, a multiplicação de grupos de mulheres negras, assim como o aumento de suas candidaturas, especialmente, para o legislativo, em várias partes do país, ao mesmo tempo em que ainda precisam enfrentar inúmeras violências.³⁶

Evidentemente, a luta política das mulheres que construíram a mencionada marcha, entre outros processos importantes da história do Brasil, fora inspirada em lutas ancestrais, de outras tantas pessoas negras que vieram e lutaram antes, o que tem inspirado pesquisadoras e pesquisadores a atentar para a relevância da investigação sobre o modo como as mulheres negras vivenciaram a escravidão, lutaram pela própria liberdade, e pela liberdade das suas e dos seus, e, como, aos poucos, tem sido desvelado, lutaram bravamente pela Independência do Brasil na Bahia.

Mesmo ainda predominando o silêncio sobre Maria Felipa da Oliveira, esta personagem, gradativamente, vem sendo inserida não só nas comemorações oficiais do

35 Para conhecer um pouco acerca da expressão “bem viver”, consultar: ALMEIDA, M. de. *Devir quilombola*. Editora Elefante: São Paulo, 2022. p. 330-232.

36 LESSA, L. F. *O que o racismo fez com você? processo de resistência e descolonização de mulheres integrantes da Rede de Mulheres Negras da Bahia*. Tese (Doutorado) — Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, UFBA, 2020.

2 de julho, como também no 7 de setembro, como observaram Eny Kleyde Farias e Milton Moura.³⁷ Segundo Ubiratan Castro, no panthéon dos heróis do 2 de julho, ela é a de mais recente reconhecimento e, ao mesmo tempo, é aquela sobre quem as informações são mais escassas, embora sua trajetória explicita o extraordinário protagonismo das mulheres negras nas guerras pela Independência do Brasil. Todavia, o interesse a respeito dessa personagem segue crescente. Isso impõe a nós, historiadoras e historiadores, mais atenção para as especificidades das várias Felipas e de outras tantas “anônimas guerreiras brasileiras”, que lutaram para expulsar os portugueses do Brasil entre 1822 e 1823.³⁸

Considerações finais

De qualquer modo, se, por um lado, temos razões para celebrar o maior interesse da sociedade em conhecer o ponto de vista das mulheres negras, por outro, não podemos deixar de mencionar que vencemos recentemente o fascismo nas urnas, ao optar pela recondução do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República. Não podemos esquecer, contudo, de que o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro só chegou ao poder, porque existem pessoas que apoiam, ou, no mínimo, relativizam a opressão interseccional sofrida pelas mulheres negras, pelas indígenas, pelas pessoas periféricas, pelas pessoas Lgbtqiap+, entre outros grupos minoritários.

Portanto, por meio deste texto, espero inquietar outras estudiosas e outros estudiosos, provocando-lhes a enveredar-se pelo desafio necessário de descortinar o passado de mulheres, como Maria Felipe de Oliveira e suas companheiras, personagens que protagonizaram os processos de Independência do Brasil, seja na Bahia, seja em

37 FARIAS, E. K. V. *Maria Felipa de Oliveira, heroína da Independência da Bahia*. Salvador: Quarteto, 2010, p.112-124; e MOURA, M. “A propósito de heróis e heroínas da Independência da Bahia”. *Anais do XI Encontro Estadual de História/ANPUHBA*, (De) Colonialidades da história: independências, imperialismos e cidadania. Salvador, UFBA, 2022.

38 FARIAS, E. K. V. *Maria Felipa de Oliveira, heroína da Independência da Bahia*. Salvador: Quarteto, 2010. p.15. Prefácio escrito por Ubiratan Castro de Araújo.

outras províncias do então Império, seja, ainda, na construção de outros processos de luta por liberdade. Espero contribuir com as reflexões realizadas pelas pessoas que lutam contra as mais diversas opressões que persistem na sociedade brasileira e, evidentemente, tenho a esperança de que as reflexões aqui compartilhadas, de alguma maneira, possam inspirar mulheres negras de nosso tempo em suas lutas cotidianas — em honra às suas ancestrais, por elas mesmas e por todas aquelas que estão por vir. Rumo à 2ª Marcha Nacional de Mulheres Negras!